



Associações Profissionais de Militares

COMUNICADO

(2007AGO28)

O ESTATUTO DOS DIRIGENTES ASSOCIATIVOS DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

1. Em reunião realizada para o efeito, as quatro Associações Profissionais de Militares (**APM**) procederam à análise do Decreto-Lei nº 295/2007, de 22 de Agosto, que afirma, no seu artigo 1º, definir “o estatuto dos dirigentes associativos das associações profissionais de militares das Forças Armadas”.
2. Importa assinalar, desde já, que o diploma constitui, maioritariamente, um repositório de restrições, muitas delas de duvidosa constitucionalidade, que estão a merecer um estudo cuidadoso em que será equacionada a razoabilidade do pedido da apreciação por parte da Assembleia da República.
3. Ainda por cima, o diploma omite a regulamentação de questões fulcrais ao estabelecimento de um diálogo social profícuo, numa área de tanta delicadeza, como é a da Defesa Nacional.
4. Cumpre, depois, esclarecer que, contrariamente ao referido no final do respectivo preâmbulo, as **APM** não foram ouvidas sobre o texto do Decreto-Lei.
5. Com efeito, o processo de audição das **APM** decorreu sobre um projecto inicial, por sinal já depois deste ter sido aprovado em Conselho de Ministros, que diverge do texto publicado.
6. Para além disso, o Decreto-Lei em apreço é consideravelmente mais restritivo do que os procedimentos que o próprio Ministério da Defesa Nacional (MDN) vinha adoptando do antecedente.
7. Não pode, aliás, deixar de recordar-se a forma construtiva como as **APM** vêm dando a sua colaboração ao MDN.
8. Na realidade, as associações vêm apresentando propostas e soluções que, a terem sido consideradas, evitariam muitas das dificuldades com que, por exemplo, se debatem áreas como a da Assistência na Doença aos Militares (ADM) e a do complemento de pensão de reforma.
9. O MDN não só não considerou os alertas responsáveis das associações, como, também, não dá um sinal, por simples que seja, de querer resolver os problemas, nomeadamente, a título de exemplo, a inscrição de verbas no Orçamento do Estado que permitam dar um primeiro passo na liquidação da vultuosa dívida de mais de mil milhões de euros que o Estado tem para com a Família Militar.
10. Por isso, o surgimento do estatuto dos dirigentes das **APM** não se deve dissociar da publicação da Lei nº 34/2007, de 13 de Agosto, que, impossibilitando objectivamente aos militares mecanismos que permitem ao cidadão comum confiar numa administração mais equilibrada da Justiça, estabelece o regime especial dos processos relativos a sanções disciplinares previstas no Regulamento de Disciplina Militar (RDM), configurando o conjunto dos dois diplomas mais uma peça para tentar evitar a expressão pública da indignação dos que servem o País nas Forças Armadas, face ao incumprimento da legalidade democrática.
11. As **APM** vêm com grande apreensão as dificuldades que estão a ser deliberadamente criadas aos respectivos dirigentes e que vão muito para além do constitucionalmente admissível, uma vez que a publicação destes dois diplomas parece não ter levado na devida conta as inevitáveis consequências para a disciplina, o moral e a coesão das Forças Armadas, contrariamente ao que podia e devia ser esperado.
12. O Governo parece preferir o surgimento de mecanismos formadores da vontade colectiva dos militares de expressão volátil ao diálogo social sério e responsável com as **APM**.
13. O que não pode deixar de suscitar uma enorme preocupação aos que ainda não deixaram de ver as Forças Armadas como uma componente essencial à sustentação do Estado Democrático.

As ASMIR, ANS, AOFA e APA

ASMIR – Associação de Militares na Reserva e Reforma – R. Elias Garcia, 45-47 – Apartado 76 – 2334-909 Entroncamento
Tel: 249 726 859 • Fax: 249 719 586 • E-mail: asmir@asmir.pt

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa
Tel: 218 15 4 966 • Fax: 218 154 958 • E-mail: geral@ans.pt

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel, 27-C, 2780 Oeiras
Tel: 214 417 744 • Fax: 214 406 802 • E-Mail: aofa@aofa.pt

APA – Associação de Praças da Armada – Rua Varela Silva, Lote 12 –Loja B – 1755-403 Lisboa
Tel/Fax 217 552 939 • E-Mail: geral@apracas.pt